

ENTRE A ALDEIA E A CIDADE: ESTUDANTES INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS NO BRASIL¹

Hellen Cristina de Souza
NEED/Núcleo de Estudos de Educação e Diversidade
UNEMAT/ Campus Universitário de Tangará da Serra

Resumo: Os estudos sobre populações indígenas em contextos urbanos ou sobre os processos de urbanização dos povos indígenas focalizam principalmente o movimento migratório: aldeia-cidade. Estão poucos relacionados a outros aspectos como o que tem sido chamado de urbanização das aldeias ou o da emergência indígena em contextos urbanos. Na discussão por acesso aos níveis superiores de educação, no Brasil, é crescente a visibilidade dos indígenas nas cidades e as demandas por um rol de direitos historicamente associados às populações aldeadas. Este trabalho reúne depoimentos de estudantes indígenas em contextos urbanos distintos, como Manaus, no Amazonas, Campo Grande em Mato Grosso do Sul e Tangará da Serra em Mato Grosso e tem o objetivo de demonstrar como as populações indígenas se relacionam com fenômeno urbano em diferentes regiões do país. Os depoimentos dos estudantes indígenas parecem indicar uma relação com a cultura tradicional que se configura cada vez mais como um processo orientado para o futuro. O protagonismo do movimento indígena e o viés político e urbano dessa mediação, entre os estudantes entrevistados, revela que estes estudantes de algum modo promovem uma reorganização no modo como pensam a identidade e a participação na vida e na tradição do seu povo.

Palavras-chave: Indígenas - Ensino Superior - Cidades.

Os distintos processos de acesso ao ensino superior resultantes da demanda ou da luta dos estudantes indígenas pela garantia de ingresso aos níveis superiores de educação podem ser analisados a partir da compreensão de elementos distintos que caracterizam os diferentes povos e grupos e suas estratégias. Um recorte temporal dá visibilidade a dois momentos distintos: o primeiro relacionado aos jovens Terena, Bakairi, Paresí entre outros, que nos anos 80, ainda no contexto do regime militar, chegaram a Brasília e ‘vencendo fortes obstáculos’

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

foram os primeiros indígenas na capital federal a demandar pelo acesso aos níveis mais altos de formação e educação escolar.

Na segunda metade dos anos 90, os cursos de formação de professores marcam o início de um outro momento no processo em que o Estado passa a atender a demanda desenvolvendo critérios mais coletivos de acesso, em uma área específica: as licenciaturas. A propaganda governamental na página do Ministério de Educação e Cultura e dos governos de estados como Mato Grosso, por exemplo, mostram que no Brasil, a formação de professores, a partir das chamadas licenciaturas interculturais² junto com a expansão das escolas em áreas indígenas parecem ser a prioridade das políticas governamentais promovidas e divulgadas na área educacional. No entanto, na esteira aberta pelos cursos de licenciatura em diferentes estados brasileiros e no contexto da ampliação das políticas de acesso ao ensino superior de populações historicamente excluídas, no Brasil, é crescente o número de universidades públicas que adotaram distintos programas com reserva de vagas específicos para indígenas.³

Essa demanda por um nível de formação fortemente associado à vida e ao trabalho nas cidades tem ampliado a discussão em alguns setores do Estado sobre a pertinência e a legitimidade dessa ‘nova luta’ dos povos indígenas e mais do que isso permite um outro sentido de visibilidade e compreensão sobre os movimentos migratórios e os processos de urbanização das populações indígenas no Brasil. Este texto procura demonstrar, a partir de depoimentos de estudantes e lideranças indígenas sobre os processos de escolarização, a permanência das perspectivas de autonomia e afirmação da identidade étnica e cultural em populações indígenas urbanas.

Os efeitos considerados desintegradores dos processos de urbanização em populações tradicionalmente rurais descritos por autores como Redfield atingem igualmente as populações indígenas e poderão implicar em consequências mais profundas que o contato? Neste contexto caberia aqui, a mesma preocupação revelada por Viveiros de Castro na conclusão do texto *Imagens da natureza e da sociedade*⁴ e que se generaliza em tantos outros autores e textos de que ‘as sociedades indígenas contemporâneas, ‘sendo não representativas da plenitude original, são descartáveis, isto é, podem ser assimiladas à sociedade nacional sem maiores perdas para a humanidade’?

² Em países da América Latina Bolívia, Peru, México e Guatemala, entre outros, uma boa discussão das políticas de formação de professores e educação escolar para povos indígenas pode ser encontrada sob o tema da Educação Bilíngüe.

⁴ Mapa das ações afirmativas na Educação Superior. Observatório Latino Americano de Políticas Educativas – Olped. De acordo com esta pesquisa 37 Instituições de Ensino Superior Públicas oferecem vagas para indígenas. 18 no estado do Paraná.

A discussão sobre a legitimidade do direito dos estudantes indígenas urbanos aos chamados ‘direitos indígenas’ foi muito presente na relação destes estudantes com o órgão tutor desde os anos 80⁵. Marcos Terena, em uma palestra recente para estudantes indígenas universitários da UnB e do DF chamou a atenção para a importância dos estudantes desenvolverem atitudes estratégicas para vencerem no sistema. Para ele entre os problemas que a primeira geração de estudantes teve que enfrentar estava a desconfiança, alimentada nos mais velhos, sobre os reais interesses e a profundidade do compromisso com a comunidade desses novos indígenas/estudantes e urbanos. Uma desconfiança que ganhou força e sustentou-se na idéia de que o acesso aos direitos fundamentais, em muitos momentos entendidos como privilégios, deveria ser assegurado primeiramente às populações aldeadas vítimas maiores do descaso do Estado ou sem condições de disputar com os mais ‘integrados’ o rol de recursos e possibilidades destinados aos povos indígenas.

Desmontar e desacreditar a relação de dinamicidade que se estabelece entre a aldeia e a cidade é uma condição não apenas para suprimir direitos, mas também para desqualificar a condição dos estudantes indígenas urbanos como sujeitos de direitos específicos. Para Gersen Baniwa, essas populações já foram ‘duplamente penalizadas’ não se pode agora, manter uma situação histórica de exclusão e negação do acesso aos direitos específicos para indígenas:

A presença indígena nos centros urbanos não é nova. Nova é a visibilidade que essa população está ganhando. Até então eram populações invisíveis e totalmente excluídas e negadas do campo dos direitos indígenas, de modo que sofriam dupla discriminação: de serem parte dos segmentos empobrecidos das periferias das cidades e excluídos dos direitos indígenas oferecidos aos índios de aldeias. Com o processo de democratização do país os processos de reafirmação étnica e identitária vieram à tona e junto as políticas de ações afirmativas, essas populações começaram a ganhar espaços de visibilidade e o movimento indígena e as políticas públicas foram pressionadas a olhar para eles também como sujeitos de direitos específicos, o que é absolutamente legítimo. O que é necessário, agora, é estender e consolidar políticas adequadas para eles, que não podem ser iguais àquelas voltadas para as aldeias e as terras indígenas, uma vez que as demandas e perspectivas são diferentes em muitos aspectos. (...) O que não pode é excluir essas populações dos direitos indígenas específicos, seja porque fazem parte do segmento indígena, portanto, portadores de culturas, tradições,

⁵ Neste mesmo período, em 1983, foi editada a Portaria 887 com a finalidade de regulamentar a concessão de bolsas de estudos para estudantes índios. A portaria caracterizou-se por: ‘Ao mesmo tempo em que privilegia alunos aldeados para a concessão dos recursos também estabelece como critério importante o nível de aculturação demonstrado pelo indígena. (SOUZA, 2003, pág 31)

valores próprios, seja porque podem aumentar o número de contingentes marginalizados das periferias das cidades, que resultam em um dos piores males das civilizações urbanas modernas. Gersen Baniwa - (Entrevista concedida ao jornal o Globo).⁶

As referências as populações indígenas urbanas estão relacionadas aos processos de democratização do país, a reafirmação da identidade étnica no contexto da legislação internacional e a consolidação do movimento indígena e se repetem em diferentes regiões como um fundamento importante sobre o qual se assentam os discursos e as manifestações de lideranças e estudantes indígenas pela transformação de direitos em políticas públicas que alcancem ‘igualmente’ os povos indígenas quer sejam urbanos ou aldeados. De algum modo, essa nova demanda, amplia a discussão sobre os direitos específicos, trata-se agora de compreender como garantir a especificidade desses direitos a uma população específica, mas não homogênea.

Para Daniel Cabixi⁷, o acesso a educação escolar e a vida nas cidades são a condição da permanência do grupo como um povo específico:

Eu vejo da seguinte forma, por exemplo, você sendo domador de uma onça, de uma pantera, você exercendo na prática é uma outra coisa, agora eu lidar, você lidar com uma pantera exercendo na prática o domínio a domesticação dela você se torna uma domadora excelente, prática, eficiente; agora se eu chego e falo pra você, eu chego e coloco as técnicas de amansar a pantera são essas daqui, você tem que ter essa postura diante do animal, você vai lá, a pantera vai te comer. Então eu vejo a relação dos conhecimentos dos índios em relação a sociedade envolvente dessa forma, uma coisa é eu chegar fazer reunião com uma comunidade e falar, os brancos são assim, assim assado, nós temos que nos comportar assim assim dessa forma(...)

Os índios eles buscam conhecer o mundo dos brancos, mas só que arraigados, presos na vida da aldeia, dificilmente eles irão dominar as ferramentas que poderão conduzi-los em algumas mudanças estruturais dentro do grupo que podem solidificar, que possam fortalecer o grupo como um povo específico. Porque hoje a relação é cotidiana, ela é direta, a sociedade indígena, a sociedade do povo Paresí e a sociedade branca, o convívio é cotidiano, os índios desconhecem o comportamento dessa fera, desse animal aqui fora, desconhecem quase por completo como domar esse animal aqui fora que é a sociedade envolvente. Há a

⁶ Entrevista concedida ao Jornal O Globo 18/04/2008

⁷ Daniel Cabixi é uma importante liderança indígena em Mato Grosso.

necessidade de haver uma convivência mais intensa, uma convivência no sentido de aprendizagem, não de ser absorvido nem de assimilar os vícios que são prejudiciais ao grupo (Daniel M. Cabixi, Liderança Paresí, Tangará da Serra).

Os movimentos migratórios indígenas, no contexto da busca pelos níveis mais altos da educação escolar revelam uma profunda dinamicidade entre a aldeia e a cidade. No caso dos Paresí, isso é facilmente observado no modo como as famílias nas aldeias participam do processo e como as reuniões da comunidade apontam cada vez com maior frequência para a necessidade de formação como condição para que se assegurem direitos básicos como educação, saúde e projetos de desenvolvimento do povo.

Para Mariana Paladino, que escreveu sobre os Tikuna, os movimentos migratórios não são processos irreversíveis. A formação maior esta associada aos cargos melhores e de melhor remuneração no contexto do grupo, e mais do que isso, Paladino chama a atenção para o fato que ao “*Afirmar-se como povo e assumir uma etnicidade política foi vista como fundamental para poder construir um espaço de poder na sociedade nacional e a educação escolar começou a ser percebida como ferramenta necessária a um projeto de autonomia.*”(PALADINO, 2006. pág. 272). Os depoimentos dos estudantes indígenas Tikuna em Manaus, remetem as mesmas discussões:

(...) E tem mais outros município que têm muitos estudantes indígenas no Amazonas, isso que é a realidade, alguém das autoridades tem que olhar essa questão que nós estamos precisando, porque nós temos conhecimento, o mesmo ou igual ao do branco, só que nós o que falta? Falta condições, por isso nós não estamos em um bom curso superior. Nós fizemos um levantamento tanto em Tabatinga e região, e calculamos 885 estudantes no ensino médio e demais que estão fazendo o 1º, 2º e 3º ano, tem muitos, agora como eles vão conseguir? Hoje em dia o emprego está difícil, a situação precária cada vez está aumentando, a liderança tem que olhar nesse lado, tem que preocupar abrir alguns pré-vestibulares pra que eles possam ir pra faculdade na área que eles querem fazer. Acho que não é ele chegar na cidade e achar um trabalho, não é isso, mas a dificuldade que a gente encontra na comunidade, de repente não tem médico, não tem enfermeiro, não tem nada e agente vê um parente nosso passando necessidade nesse sentido da saúde mais do que na educação porque eu não vou gostar de ver meu pai morrendo e eu não poder fazer nada, o que vai acontecer, eu prefiro sair me formar e depois ajudar o meu povo, é isso que estimula a gente a sair, é a carência que nós estamos encontrando lá na comunidade de não ter médico principalmente, de não ter professor passa, mas um médico, um enfermeiro ou um dentista que vai nos ajudar na área da saúde,

que estamos correndo risco de vida, que está mexendo com a nossa saúde. Não é bom a gente ir dormir e amanhecer com uma dor de dente, uma dor de cabeça sem saber o que lá dentro da comunidade aí o que a FUNASA fala: vamos mandar um médico pra lá, quando vai passa 1 a dois dias, quando nós sentimos dor de cabeça nós temos que esperar a FUNASA mandar um médico pra lá? Quando chegar lá se for o caso já tinha morrido, então é isso o que estimula um indígena a chegar à cidade tentar se formar e ajudar a comunidade porque não temos pessoal qualificado para isso e tentamos sair da comunidade, se qualificar e voltar, (...) (Estudante Tikuna, Manaus, 2003⁸)

Para estes estudantes Tikuna, entrevistados por mim e que estão fora e para os que já voltaram entrevistados por Paladino, parece não ter sentido a preocupação freqüente com a ausência de vínculos ou com a perda das tradições étnicas. São parte do grupo e exatamente porque são parte é que saíram. A saída não é explicada como sendo um projeto individual é parte do projeto do grupo e mais do que isso as saídas, em geral, se ajustam dentro de redes de parentescos que se atualizam nos centros urbanos⁹.

Um outro aspecto importante relacionado na fala acima, diz respeito as dificuldades enfrentadas para ‘chegar’ até a universidade. Os obstáculos são muitos e os mais variados, na impossibilidade de alcançar os objetivos a que se propuseram de trabalhar nas áreas que suas comunidades mais precisam. O papel da comunidade é contribuir criando condições mais favoráveis, como os cursinhos pré-vestibulares. Enquanto não conseguem o que querem e o que a comunidade precisa os estudantes fazem pequenos ajustes para sobreviver. O ensino superior em cursos de qualidade e prestígio social ainda é pouco acessível, no Brasil, a marca da elitização do ensino superior permanece em um modelo de ampliação do acesso sem garantia ou mecanismos de avaliação da qualidade.

Em Mato Grosso do Sul, as articulações dos Terena que vivem nas aldeias urbanas são emblemáticas, reafirmam o pertencimento étnico, rompendo com os paradigmas da distinção entre aldeia e cidade. A formação superior é uma demanda permanente, desde os anos 80, sempre atualizada de modo a conter os novos desafios:

(...) esse curso superior nada mais é que é muito importante para os nossos jovens porque hoje nós estamos precisando muito desse trabalho porque nossos jovens têm muito jovens estudando fora, então nós precisamos desse curso, então seria uma gratificação enorme pra nós, porque nós

⁸ Entrevista realizada no contexto de um mapeamento sobre o ensino superior para indígenas no Brasil produzido para IESALC/UNESCO em 2003.

⁹ Jorge Romano, nos anos 80, ao pesquisar os Sateré-Maué já havia percebido a persistência e a importância dessas redes para a sobrevivência na cidade de Manaus.

*precisamos, eu como mãe, eu tenho dois filhos e também eu necessito que meu filho vá fazer uma faculdade, isso é muito importante pra nós. Não pode deixar de ser Terena, primeiro o nosso rosto não engana, não vai enganar nunca, a nossa etnia também, porque nós falamos a nossa língua, e outra coisa também aqueles que saíram pra fora assim como eu e meu esposo, nós moramos 30 anos fora da nossa aldeia, nem por isso nós estamos fora da aldeia, nós estamos lá dentro da aldeia, inclusive hoje meu esposo é cacique da aldeia Ipeg, mas tem muitos aí que deixam, mas nós não, é aquele negócio, cada um pensa de uma forma, nós pensamos dessa forma, e nós estamos ajudando nosso povo lá da aldeia. (Liderança Terena, Campo Grande, 2003)*¹⁰

Ninguém esta fora da aldeia se mantém os vínculos de parentesco e de trabalho para o povo. Os depoimentos dos indígenas parecem indicar uma relação com a cultura tradicional que se configura cada vez mais como um processo orientado para o futuro. Esses depoimentos de algum modo indicam uma concepção mais elástica dos movimentos migratórios e dos processos de urbanização em que está envolvida parte significativa dos povos indígenas no Brasil. Nos últimos anos o protagonismo do movimento indígena e o viés político e urbano dessa mediação, entre os estudantes entrevistados, revelam que estes estudantes e suas famílias de algum modo promovem uma reorganização no modo como pensam a identidade e a participação na vida e na tradição do seu povo. A cidade é um espaço didático. Um espaço privilegiado de aprendizagem. A cidade é o ‘mundo dos brancos’ é a cidade pantera, como no depoimento de Daniel Cabixi, precisa ser dominada, domesticada. A relação cotidiana é luta, é aprendizagem, é a condição para a conquista de uma nova referencialidade que os ‘instrumentaliza’ na mudança que é também permanência e autonomia.

¹⁰ Entrevista realizada no contexto de um mapeamento sobre o ensino superior para indígenas no Brasil produzido para IESALC/UNESCO em 2003.

BIBLIOGRAFIA

FÍGOLI, Leonardo. 1988. FÍGOLI, Leonardo. **Identidad Étnica Y Regional. Trayeto constitutivo de una identidad social.** Dissertacion de Mestrado. Departamento de Ciencias Sociales de la Universidad de Brasília.

Jornal **O Globo**. 18/04/2008.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. 1994. **Índios de Rondon - Rondon e as Linhas Telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresí.** Rio de Janeiro: PPGAS-Museu Nacional. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, R. C. 1996. **O índio e o mundo dos brancos.** Campinas. UNICAMP.

OLIVEIRA FILHO, J. P. 1988. **“O nosso Governo”: os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo: Marco Zero.

PALADINO, Mariana. 2006. **Estudar e Experimentar na Cidade: Trajetórias Sórias, Escolarização e Experiência Urbana entre os “Jovens” Indígenas Ticuna, Amazonas.** Rio de Janeiro: PPGAS-Museu Nacional. Tese de doutorado.

RAPPAPORT, Joanne e PACHO, Abelardo Ramos. 2005. **Uma História Colaborativa: Retos para el diálogo indígena-academico.** Revista Escola Crítica nº. 29.

ROMANO, Jorge. 1982. **Índios proletários em Manaus. El caso de los Sateré-Mawé citadinos.** Dissertação de mestrado em antropologia. Departamento de ciências sociais da universidade de Brasília. UNB.

SOUZA, Hellen C. de e CABIXI, Daniel Matenho. **Escolas e Vivências: Um Memorial Paresí.** Cuiabá: EdUFMT

_____. **Ensino Superior para os Povos Indígenas no Brasil.** Mapeamento Provisório/2003 - Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify.

Mapa das ações afirmativas na Educação Superior. OLPED - Observatório Latino Americano de Políticas Educativas. Disponível em: www.olped.net